

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM PORTO ALEGRE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS: HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

MILENA MARTINS LONGARAY GARCIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: possibilidades e
desafios para o professor de língua portuguesa**

**PORTO ALEGRE
2024**

MILENA MARTINS LONGARAY GARCIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO BÁSICA
BRASILEIRA: possibilidades e desafios para o professor de
língua portuguesa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciada em Letras: Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Magali de Moraes Menti.

PORTO ALEGRE
2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G216e Garcia, Milena Martins Longaray

Educação sexual na formação básica brasileira: possibilidades e desafios para o professor de língua portuguesa / Milena Martins Longaray Garcia. - Porto Alegre/RS, 2024.

[47 f.] : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magali de Moraes Menti.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Unidade Universitária em Porto Alegre/RS, 2024.

1. Educação. 2. Educação sexual. 3. Professor de língua portuguesa. 4. Sexualidade. 5. Tabu. I. Menti, Magali de Moraes. II. Título.

MILENA MARTINS LONGARAY GARCIA

EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: possibilidades e desafios para o professor de língua portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciada em Letras: Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Magali de Moraes Menti.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Dra. Magali de Moraes Menti
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Dra. Ana Maria Bueno Accorsi
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Dra. Fani Averbuh Tessler
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

PORTO ALEGRE
2024

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos participantes.....	34
Gráfico 2 - Docentes que já pensaram em trabalhar a educação sexual em sala de aula.....	34
Gráfico 3 - Índice de professores que saberiam trabalhar a educação sexual em sala de aula.....	35
Gráfico 4 - Respostas sobre quem apoia os professores na discussão de saúde sexual.....	36
Gráfico 5 - Respostas sobre conhecimento de abordagem requerida pela BNCC sobre educação sexual.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

HIV - Human Immunodeficiency Virus

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

DST - Doença Sexualmente Transmissível

IST - Infecção Sexualmente Transmissível

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PSE - Programa Saúde na Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Nossa Senhora, que esteve me direcionando e protegendo durante essa jornada;

Em especial aos meus pais, por sempre terem me apoiado e incentivado na busca pela felicidade (mesmo quando essa seria na profissão mais deteriorada no país);

À minha irmã, que esteve ao meu lado sendo minha parceira para todos os momentos;

Aos meus avós, Joecy e Carlos, que foram seres transformadores, essenciais para a formação do meu caráter, e que, de alguma forma, devem estar celebrando comigo a conclusão da graduação;

Ao meu companheiro de vida e meu melhor amigo Felipe, que participou de cada tomada de decisão e manifestou apoio em todas;

À Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que possibilitou um ensino único, voltado para as questões fundamentais da formação de um professor e referência para os demais cursos de licenciatura;

À Professora Doutora Magali de Moraes Menti, orientadora deste trabalho, por fomentar a busca pelo conhecimento, acreditar no meu potencial e servir como exemplo;

Também, às professoras Bruna Betamin e Iasmim Moraes, que me ensinaram sobre didática e escuta ativa na sala de aula;

Aos demais professores do Curso de Letras, atuais e passados, por lutarem ativamente por um ensino público e de qualidade, e não medirem esforços para os entregar diariamente, mesmo diante das dificuldades;

Aos meus colegas do Curso que agregaram muito conhecimento pessoal e participaram de todos os momentos dessa jornada;

Às minhas alunas Sofia, Camile e Izabelly, que manifestaram suas opiniões sem medo das críticas e puderam me ajudar a descobrir a temática desta monografia;

Por fim, agradeço a todos que participaram dessa jornada acadêmica e estiveram presentes de alguma forma para contribuir no meu crescimento pessoal.



“-É pecado sonhar?

-Não, Capitu. Nunca foi.

-Então por que essa divindade nos dá golpes tão fortes de realidade e parte nossos sonhos?

-Divindade não destrói sonhos, Capitu. Somos nós que ficamos esperando, ao invés de fazer acontecer.”

Machado de Assis - Dom Casmurro (1899)

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre a Educação Sexual e seu diálogo com a formação básica brasileira, revisando as possibilidades e os desafios que o professor de língua portuguesa pode encontrar. Além disso, propõe intervenção em sala, utilizando a temática como estratégia para a aprendizagem de informações mais precisas sobre o tema, a fim de ampliar a discussão nas escolas. O assunto emergiu como objeto de estudo a partir de uma situação ocorrida em sala de aula, em que alunos do nono relataram nunca terem recebido Educação Sexual. Foi escolhido como tema deste trabalho por assumir e apresentar uma visão contemporânea sobre a Educação Sexual, em que o professor de língua portuguesa assume um papel tão importante. Os caminhos teóricos para argumentação sobre o *corpus* envolveram os estudos de Freire (1968), Vygotsky (1978), Piaget (1970) e Dewey (1916). Esta investigação é composta pelo estudo bibliográfico para revisão e análise da literatura até então existente sobre o tema e pesquisa em *survey*, para obter resultados quantitativos e qualitativos, por meio de um questionário padronizado respondido por cada participante, sendo estes docentes de língua portuguesa. Os resultados obtidos do *survey* comprovam que há desconhecimento sobre o tema dos docentes de língua portuguesa participantes do estudo, que há o desejo em agregar a educação sexual em suas aulas, mas há dúvida de como desenvolver práticas na sala de aula. Ainda, as respostas mostram o despreparo das escolas onde esses profissionais atuam e a falta de um processo individual que acolha os alunos e suas questões quanto a sua saúde sexual.

PALAVRAS-CHAVE: educação, educação sexual, professor de língua portuguesa, sexualidade, tabu.

ABSTRACT

This work reflects on Sexual Education and its dialogue with Brazilian basic education, reviewing the possibilities and challenges that the Portuguese language teachers may encounter. Furthermore, it proposes intervention in the classroom, using the theme as a strategy for learning more precise information about the topic, in order to expand the discussion in schools. The subject emerged as an object of study from a situation that occurred in the classroom, in which ninth grade students reported never having received Sexual Education. It was chosen as the theme for this monography because it assumes and presents a contemporary vision of Sexual Education, in which the Portuguese language teacher plays such an important role. The theoretical paths for arguing about the corpus involved the studies of Freire (1968), Vygotsky (1978), Piaget (1970) and Dewey (1916). This investigation consists of a bibliographical study to review and analyze the existing literature on the topic and survey research, to obtain quantitative and qualitative results, through a standardized questionnaire answered by each participant, these being Portuguese language teachers. The results obtained from the survey prove that there is a lack of knowledge on the subject among Portuguese language teachers participating in the study; that there is a desire to add sexual education to their classes, but there is doubt about how to develop practices in the classroom. Furthermore, the responses show the lack of preparation of the schools where these professionals work and the lack of an individual process that welcomes students and their questions regarding their sexual health.

KEY WORDS: education, sex education, portuguese teacher, sexuality, tabu.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 A formação básica.....	13
2.2 A educação.....	14
2.3 A educação sexual.....	17
2.4 O professor de língua portuguesa.....	20
3 METODOLOGIA.....	23
4 DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL.....	25
4.1 Educação continuada.....	25
4.2 Tabu.....	27
4.3 Censura escolar.....	29
4.4 Possibilidades para o professor de língua portuguesa.....	30
5 EXPOSIÇÃO DE DADOS.....	37
5.1 Interpretação de dados.....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
7 REFERÊNCIAS.....	44
8 ANEXOS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Quando completei 5 anos de idade, ganhei do meu padrinho um “kit professora”, que consistia em acessórios que remontavam um cenário escolar. Lembro que aquele apagador, quadro e giz fizeram parte da minha rotina de criança por muito tempo, se transformando em uma vontade de tornar aquele divertimento em uma profissão. Foi assim, então, que aos 10 anos já havia tomado a decisão final: seria professora.

Para tornar sonho em realidade, ingressei na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul em 2019. Ainda sem o diploma, tive o privilégio de me deparar com diversas oportunidades de adentrar ao mercado de trabalho em modalidades, escolas e séries diferentes, que trouxeram um grande repertório de experiências, muito importantes para contextualizar a escolha do tema desta obra.

Em uma dessas experiências, pude trabalhar como estagiária em uma escola privada, a qual criou uma oficina de redação pré-vestibular, a fim de aperfeiçoar a escrita dos alunos. Como professora desses estudantes, trouxe temas que estavam cotados para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e que eram problemas reais na sociedade atual brasileira. Então, achei interessante trazer à turma de nono ano o tema “Gravidez na adolescência em questão no Brasil”, o qual foi bem acolhido pelos participantes, que debateram sobre os conceitos, argumentos e repertórios socioculturais que poderiam construir a dissertação que iriam produzir.

Nesse debate, recebi a prévia do que seria escrito nessas produções textuais. Ouvi comentários do tipo: “recebi educação sexual da minha amiga que é sexualmente ativa”, “li na internet como induzir um aborto, caso precise”, “ninguém fala sobre isso na minha família ou na minha escola”, ou até mesmo “quando falam sobre o assunto, é pra ensinar sobre o que são órgãos reprodutores”. Ainda sobre o tema, comentaram que esses argumentos levariam às explicações que justificam as taxas de gravidez na adolescência, que, em resumo, se trataria da falta de educação sexual. Na inocência, não imaginei que o tema traria tanta repercussão. Como resultado desse debate, as redações traziam propostas de intervenção que combatiam a problemática através de investimentos na educação sexual, tanto para instituições públicas, como também privadas, visto que há uma falsa noção de que a presença de recursos profissionais e tecnológicos imunizam o ensino particular. Ademais, os alunos reforçaram que a própria escola não compreendia a aplicação de educação sexual e que eram precarizados pela falta de informação, também como vítimas da censura imposta aos professores.

Portanto, já no ano de 2020 eu sabia qual assunto abordaria no trabalho de conclusão de curso. Precisava de uma oportunidade como esta para descobrir algumas incógnitas: por que as escolas optam por não adotar a educação sexual? O que a Constituição e o Ministério da Educação orientam sobre o assunto? Como o professor pode abordar o tema? Aliás, como o professor de língua portuguesa pode abordá-lo? O que tem sido colocado em prática, no Brasil, quanto à orientação sexual pelos professores? Estes são, então, os objetivos deste trabalho. Deste modo, a pergunta norteadora desta pesquisa é: como o professor de língua portuguesa pode abordar a educação sexual na formação básica?

Além disso, está definido o objetivo geral desta monografia, que é levantar possibilidades e discutir os desafios ao trabalhar a temática em sala de aula, especificamente na disciplina de língua portuguesa. Os objetivos específicos, por sua vez, estão em traçar um perfil sobre a compreensão do professor de língua portuguesa no que diz respeito à educação sexual; discutir dados sobre como a educação sexual tem sido orientada no Brasil; levantar alternativas de práticas desenvolvidas por professores em suas salas de aula; recomendar abordagens e metodologias pedagógicas sobre o tema; e, por fim, apresentar uma pesquisa qualitativa com *survey*.

Organizou-se este trabalho por capítulos, em que, primeiramente, é realizada uma pesquisa bibliográfica em busca de conceitos, definições e reflexões acerca dos eixos principais, para a construção de uma fundamentação teórica. Em seguida, o segundo capítulo aborda a metodologia utilizada para a pesquisa de acordo com as hipóteses criadas. Após, a fim de discutir a literatura existente sobre a Educação Sexual, é construída uma base sólida de reflexões sobre o modo com que a temática tem sido abordada, sob a ótica de diversos aspectos, entre eles a falta de uma educação continuada, os tabus que promovem preconceitos, a censura imposta pelas escolas, finalizando com as possibilidades de abordagens. Por fim, para responder às hipóteses que não foram atendidas pela pesquisa bibliográfica, o questionário aplicado com professores de língua portuguesa em exercício discute questões fundamentais para as considerações finais desta autora.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de proporcionar um embasamento sólido para o estudo, é preciso conectar a pesquisa com o conhecimento já existente. A fundamentação teórica ajuda a contextualizar a situação prevista neste trabalho, além de compreender a relevância e a pertinência deste estudo num panorama maior. Seu papel também é orientar a metodologia, de forma que

corroborar como um guia para a análise de dados, identificando padrões, relações e implicações que poderiam passar despercebidas sem esse conhecimento prévio.

Serão desenvolvidos neste trabalho os conceitos sobre a formação básica (2.1), com embasamento teórico promovido pelos estudos de Paulo Freire (1996) e Lev Vigotsky (1978), a educação (2.2) como processo contínuo de aprendizagem com apoio de Jean Piaget (1977), a educação sexual (2.3) do ponto de vista histórico-social e os fundamentos do professor de língua portuguesa (2.4), baseando-se nos estudos de John Dewey (1916).

2.1 A formação básica

De acordo com Paulo Freire (1996), a formação básica é o conjunto de conhecimentos fundamentais que uma pessoa deve adquirir em sua educação formal para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais necessárias para a sua vida pessoal e profissional, essenciais para o desenvolvimento de competências para o aprendizado ao longo da vida e para a participação ativa na sociedade.

"Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender."
- (Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, p.36, 1996)

Paulo Freire é um teórico que discute a formação básica, com ênfase na educação popular e na alfabetização de adultos. Em seus trabalhos, ele enfatiza a importância de se estabelecer uma educação crítica, que não apenas ensine habilidades básicas de leitura e escrita, mas também estimule a reflexão sobre a realidade social e política dos alunos. Freire (1996) acredita que a educação básica deve ser inclusiva e democratizadora, permitindo que todos os alunos tenham acesso aos conhecimentos e habilidades necessários para participar plenamente da vida social e política. Suas ideias sobre educação básica são discutidas em obras como *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia do Oprimido*, fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho.

Nesse sentido, a educação sexual é um tema que se encaixa nos ideais de Paulo Freire. A educação sexual busca promover o desenvolvimento de habilidades e atitudes saudáveis em relação à sexualidade, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre saúde sexual e reprodutiva, e estimulando a reflexão crítica sobre as questões de gênero, sexualidade e diversidade. Assim como em sua pedagogia crítica, Paulo Freire enfatiza a importância da

participação ativa dos alunos no processo educativo, incentivando-os a explorar seus próprios desejos, necessidades e valores relacionados à sexualidade e a tomar decisões informadas com base nessas informações. Além disso, Freire também enfatiza a importância de reconhecer e respeitar as diferenças de gênero, bem como promover a diversidade e a inclusão.

Em resumo, Paulo Freire defende uma educação crítica e inclusiva que permite que os alunos tenham acesso aos conhecimentos e habilidades necessários para participar plenamente da vida social e política. A educação sexual é um tópico que se encaixa plenamente nesses ideais, porque, além do que acredita o autor, também é colocado como direito ao cidadão.

É importante citar, também, o teórico responsável pelo desenvolvimento de propostas metodológicas e aplicações práticas na interpretação na educação e na demonstração de como a cultura torna-se parte da natureza humana através das funções psicológicas, Lev Vygotsky. O método, segundo o autor, denominado de Psicologia histórico-cultural, constitui-se em um entendimento da relatividade dos costumes e normas sociais e sua transformação através do tempo e espaço que caracterizam a formação do indivíduo.

"O desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem referência ao social. É através das interações sociais que as crianças constroem conhecimento e aprendem a usar as ferramentas culturais, incluindo a linguagem." - Lev Vygotsky, *Mind in Society (A mente em sociedade)*, p. 84, 1978.

Portanto, o aspecto social presente nas interações do indivíduo está diretamente relacionado ao seu desenvolvimento. Da mesma forma, dentro do ambiente escolar, as vivências são importantes para a valorização da diversidade, uma aprendizagem significativa, construção de identidade e preparação para a cidadania. Em suma, as vivências culturais e sociais na escola contribuem para a formação integral do indivíduo, sendo importante, também, colocar em prática o ensino de educação sexual para a eficaz efetivação da formação básica.

2.2 A educação

A educação é um processo contínuo de aprendizagem que visa à formação integral dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento de habilidades como a comunicação, o exercício da cidadania, para ajudar a se tornarem cidadãos capazes de atuar de forma crítica e

consciente na sociedade. Além disso, a educação é um direito humano fundamental reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal Brasileira.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” - Constituição Federal Brasileira de 1988.

A educação brasileira é organizada por áreas e objetos de conhecimento, que são divididos por habilidades e competências que devem ser desenvolvidas. Em abril de 2017, a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi entregue pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolvida em colaboração com diversos especialistas em educação, e em dezembro do mesmo ano, foi publicada a resolução CNE/CP nº2, que institui e orienta a implantação da BNCC.

O documento entende a educação como um processo integral e contínuo, considerando aspectos cognitivos, socioemocionais, éticos, culturais e físicos, concebendo-a como um todo, direito de todas as pessoas, buscando superar desigualdades. É um instrumento de fácil acesso e prático, que permite uma busca rápida sobre como desenvolver habilidades e competências em diferentes áreas do conhecimento, exigidas pelo Ministério da Educação. Quanto à educação sexual, também é enfatizada pela BNCC como um componente integrado ao desenvolvimento, considerando as peculiaridades de cada etapa de ensino. É importante, no entanto, ressaltar que a temática da educação sexual deve ser integrada ao ensino de forma cuidadosa, garantindo uma abordagem pedagógica adequada.

Na sociedade brasileira, enfrentam-se muitos desafios que impossibilitam ou dificultam o acesso à educação: a falta de recursos e qualificação de professores, a desigualdade, a necessidade de se adaptar às mudanças tecnológicas e sociais. Entretanto, apesar dos desafios, a educação continua sendo um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Ela é essencial para formar cidadãos críticos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais saudável e responsável. Para Piaget:

“(...) o desenvolvimento cognitivo não ocorre apenas de forma natural, mas também é influenciado pelas experiências e interações sociais. O processo de compreensão do mundo acontece através de interações com o ambiente, por uma incorporação de assimilação e acomodação.” - Jean Piaget, A psicologia da criança, p. 7, (1977).

Piaget acredita que o papel da educação é promover o desenvolvimento cognitivo, em que o professor está em posição de ajudar a construir seu próprio conhecimento, no qual a aprendizagem ocorre quando os indivíduos são desafiados a resolver problemas e a pensar criticamente sobre suas experiências. Segundo o autor, educar deve ser uma prática que respeita o ritmo e o estilo de aprendizagem individual, permitindo que os alunos construam seu próprio conhecimento em vez de receber informações prontas.

Ainda, vale ressaltar que a educação abarca duas práticas indissociáveis: a formação intelectual e social do indivíduo. A operação com a imprevisibilidade faz com que a formação intelectual não seja um corpo fechado, verdadeiro e imutável. Dessa forma, é preciso admitir um compromisso com uma formação adequada e continuar sua educação, pois se trata de um desenvolvimento pessoal/ profissional que precisa de atualizações frequentes.

Também, os saberes produzidos na escola iluminam e dirigem as práticas mais importantes do processo de formação social e intelectual, com pontos e rupturas que resultam num extenso currículo. De fato, no Brasil, com a grande expansão das redes de ensino em curto espaço de tempo devido a grande demanda, a formação de professores mostrou que para desempenhar seu papel nesse cenário, não estava provida com as qualificações adequadas. O crescimento populacional, confrontado com o desenvolvimento tardio da educação no país (o qual só foi democratizado nas últimas décadas), foram os fatores principais para resultar na condição que leva a não considerar com o devido valor os aspectos didático-pedagógicos necessários para um desempenho pleno do trabalho docente nos processos educativos.

No âmbito mundial, a formação e a valorização de docentes, seguido de uma carreira atrativa, são desafios inclusive para países desenvolvidos, que observam a situação com cuidado e tentam tomar medidas cabíveis para a disseminação do conhecimento. Mesmo que a estagnação dos indicadores educacionais sejam refletidos em outros aspectos socioeconômicos (como o Índice de Desenvolvimento Humano), o governo brasileiro ainda não tomou iniciativa nacional forte o suficiente para adequar o currículo às demandas de ensino, de forma que o cenário de estagnação educacional se perpetua há muito tempo. A criatividade na vida universitária pode ser o principal desafio para superar conceitos antigos e enraizados na cultura acadêmica, já que muitas vezes o interesse de grandes corporações está em posição maior e acaba por acomodar a situação na relação de poderes. Entretanto, reformas ou inovações na educação não se realizam sem a participação qualificada de professores.

Portanto, analisando em perspectiva geral, os professores desenvolvem sua condição de profissionais tanto pela sua formação na graduação, tanto como as experiências com as

práticas na vida docente. Contudo, urge a necessidade de profissionais que visem a busca por uma educação continuada e que se preocupem com a tangência de temas transversais, como a Educação Sexual.

2.3 A educação sexual

O artigo “História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão”, escrito por BUENO e RIBEIRO, constrói uma linha do tempo da Educação Sexual no Brasil. Em 1968, a deputada federal pelo Rio de Janeiro Júlia Steinbruch apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país. A ideia de introduzir a temática na formação básica encontrou apoio de alguns parlamentares, muitos educadores mas, suscitou, também, grandes reações da oposição nos meios mais conservadores do Brasil. O relatório da Comissão de Moral e Civismo do Ministério da Educação (composto por três membros, na época) demonstra, de maneira clara, a condenação do projeto: “o efeito pode ser desastroso e os escândalos podem começar cedo e contaminar as escolas com prejuízos à saúde, higiene e moral das novas gerações”, diz o padre Francisco Leme Lopes, membro da Comissão. Ainda, segundo o Almirante Benjamin Sodré, também membro, “a expressão educação sexual deveria ser substituída por ‘educação da pureza’, em que a inocência é a melhor defesa para a castidade”. Ele completa: “é preciso exaltar o que caracteriza o masculino; caráter, coragem, respeito e amor; e o feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza; indo ao casamento, à maternidade.”

Com os efeitos negativos do parecer, as experiências de educação sexual da época foram, de certa maneira, colocadas na semi-clandestinidade, principalmente porque no final da década de 70 uma onda de “puritanismo” invadiu o país, oriundos do regime ditatorial vigente na época. Para oficializar a negação do assunto, a conselheira Edília Coelho Garcia torna a educação sexual concernente à família e não prioritária no campo da educação pública.

Foi apenas a partir de 1978, marco do processo de abertura política e consequente afrouxamento da censura, que estudos sobre o tema começaram a surgir. No mesmo ano, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas ocorre para atender a demanda da população de falar e ouvir sobre sexualidade. A discussão sobre a inclusão da temática nos currículos das escolas se intensifica nos meados dos anos 80, quando a demanda por trabalhos na área da sexualidade aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da

gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco de contaminação pelo HIV (vírus da AIDS).

É importante ressaltar, também, que o interesse é motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional e pela mudança no comportamento sexual do jovem, principalmente devido à pílula como método anticoncepcional.

Entre 1989 e 2017, são muitas as publicações, projetos, eventos e grupos de estudos sobre sexualidade. Com o avanço da tecnologia, as salas de bate-papo deram espaço para os aplicativos de relacionamentos, os quais atualmente contam com um número significativo de seguidores; porém o que não avançou muito foi a maneira de se relacionar entre as pessoas. Esses recursos tecnológicos proporcionam muita facilidade e agilidade, mas a geração que desfruta dos recursos não provém de uma Educação Sexual emancipatória, livre e libertadora; muitos transferem a carência afetiva e a fragilidade emocional para relacionamentos vazios e se frustram. Por isso, a curricularização da temática ocorre com o surgimento da BNCC e propõe um trabalho sistemático e sistematizado de educação sexual articulando, portanto, a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência dessa oportunidade possibilita, também, a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis de forma mais eficaz.

A educação sexual também é um processo de aprendizagem, mas que visa fornecer informações e habilidades relacionadas à sexualidade, aos direitos sexuais e reprodutivos, à saúde sexual e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada. Ela se baseia em uma abordagem científica, cultural e ética da sexualidade humana, e busca promover a igualdade de gênero, o respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual. A promoção dessa educação faz parte da formação básica e é fundamental para a formação de uma cultura de respeito, autonomia e segurança sexual, contribuindo para o bem-estar físico e emocional das pessoas e para o desenvolvimento de relações saudáveis e responsáveis.

No contexto nacional, afirma-se uma grande variedade de expressões e linguagens encontradas em etnias, gêneros, religiosidades, orientações sexuais, que hoje assumem ser problemáticas polêmicas dentro do âmbito escolar. Estes assuntos foram visibilizados especialmente pelo aumento de movimentos sociais que denunciam as injustiças, desigualdades e discriminações reivindicando seus direitos e reconhecimento político cultural. Esta realidade, apresentada à sociedade acadêmica, pede potencialização nos processos de aprendizagem que garanta um professor pronto para lidar com essas problemáticas.

“A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças.”
(Delia Lerner, 2007, p. 7)

LERNER (2007) afirma que há uma tentativa de colocar a igualdade como uma concepção de uniformização ou padronização orientado pela cultura comum a que todos e todas têm direito instituído nas reformas escolares no século XX, mas ainda é observável a disparidade nos dias atuais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos elaborados pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) que estabelecem as diretrizes curriculares para a formação básica. Foram criados com o objetivo de fornecer orientações para a elaboração dos currículos em todo o país, buscando promover uma educação de qualidade, coerente e alinhada aos princípios pedagógicos brasileiros. Os PCN indicam o trabalho com a orientação sexual dentro dos chamados “temas transversais”, nos quais, segundo o MEC, é necessário que o educador tenha acesso à formação para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato do tema.

“O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo-se, portanto, num espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.” - Cartilha do Ministério da Educação, “Orientação sexual”, página 84.

Fica estabelecido, a partir de 1995, pelo Ministério da Educação, com a criação da Cartilha “Orientação sexual” e orientado pelos PCN, intervenções mais eficazes na prevenção das DST's/IST's, gravidezes indesejadas e abusos sexuais, com ações educativas continuadas que oferecem informações mais precisas, aliadas ao trabalho de autoconhecimento e reflexão sobre a própria sexualidade, que ampliam a consciência necessária sobre os cuidados que se devem adotar para a prevenção dos problemas. Com isso, pode-se afirmar que a implantação

nas escolas da educação sexual contribui para o bem-estar das crianças e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura e, de modo geral, para uma sociedade educada.

2.4 O professor de língua portuguesa

O professor de língua portuguesa desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem que vai além do ensino de gramática e estrutura da língua. Ele deve desenvolver habilidades de leitura, estimular a escrita, promover a comunicação oral, ampliar o vocabulário, estimular a criatividade e o pensamento crítico, sempre em busca de estabelecer um ambiente de aprendizagem positivo. A Lei de diretrizes e bases da educação no Brasil (LDB), propõe que é responsabilidade dos sistemas de ensino garantir uma formação adequada aos profissionais da educação, incluindo os professores de língua portuguesa. Cabe aos professores, a responsabilidade de contribuir para o aprendizado dos alunos, desenvolvendo suas habilidades linguísticas, leitura, escrita, interpretação de texto, análise crítica e expressão oral, podendo colaborar com os demais professores, visando à contextualização dos conteúdos, à interdisciplinaridade e à formação integral dos alunos.

Ainda, é de fundamental importância afirmar que, apesar do currículo variar de acordo com as diretrizes de cada sistema de ensino, a carga horária da disciplina de língua portuguesa, tanto no ensino fundamental II, quanto no ensino médio, é majoritária comparada às outras disciplinas. Portanto, constata-se que o professor de língua portuguesa se encontra com seus alunos com maior frequência, o que é um privilégio que outras disciplinas não têm: o tempo. Com isso, os profissionais podem desempenhar seus papéis adotando práticas pedagógicas que exigem mais tempo e dedicação, visando trabalhar, até mesmo, temas transversais, já citados.

Além disso, espera-se que o professor possa fazer um diagnóstico de suas turmas com maior aprofundamento, visto que é ele quem passa o maior tempo com estes. A partir de um diagnóstico, sabe-se quais artefatos culturais - elementos utilizados para enriquecer e aprimorar o processo de ensino - podem ser aplicados para estimular e conectar seus alunos. John Dewey, filósofo e educador americano, argumenta que o processo de aprendizagem deve ser baseado em experiências concretas e significativas, nas quais os artefatos culturais são elementos-chave para o engajamento dos alunos na educação.

“A educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida.” -
John Dewey, Democracia e educação, 1916.

Dessa forma, Dewey (1916) acredita que a educação não deve ser vista apenas como um processo de preparação para o futuro, mas como uma parte integrante da própria vida dos indivíduos, colocando-a como ato enraizado na experiência, no envolvimento ativo e na conexão com o mundo real. O autor também defende a importância da promoção da interdisciplinaridade, colocando a escola como um espaço onde os alunos podem interagir com artefatos culturais, explorar diferentes formas de expressão e desenvolver habilidades críticas e criativas. Assim, John Dewey argumenta que os professores são facilitadores, guias que participam ativamente de uma relação colaborativa, na qual o professor não apenas transmite conhecimento, mas também ajuda os alunos a se envolverem ativamente na construção de seu próprio conhecimento.

No geral, entende-se que a responsabilidade de desenvolver o conteúdo sobre a educação sexual nas escolas é compartilhada entre diferentes agentes educacionais, incluindo professores. A forma como a educação sexual é implementada pode variar de acordo com as políticas educacionais, diretrizes curriculares e contextos específicos de cada instituição de ensino. Contudo, equivocadamente, é de conhecimento comum que o professor que supostamente deve desempenhar este papel é aquele da área de ciências biológicas. Este fato acarreta que, muitas vezes, a educação sexual se restrinja a ser objeto de conhecimento nas aulas sobre sistema reprodutor, desconsiderando tópicos importantes como sexualidade, relacionamentos, consentimento, prevenção e gênero.

Parece fundamental que a implementação da educação sexual seja baseada em diretrizes claras, formação adequada dos profissionais envolvidos, com respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e levando em consideração os valores e necessidades dos alunos. Por isso, o professor de língua portuguesa pode desempenhar este papel na abordagem da educação sexual, utilizando a língua como um instrumento para promover a compreensão, reflexão e expressão sobre a sexualidade de forma adequada.

Além disso, não há legislação que proíba o professor de língua portuguesa de abordar a educação sexual em sala de aula, assim como qualquer outro tema. Pelo contrário, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o consequente desenvolvimento da Cartilha Orientação Sexual, são fatores que contribuem para o reconhecimento de que a temática se torna objeto de conhecimento, através da transversalidade, para todos os componentes curriculares.

“Os temas polêmicos da sexualidade abrangem uma compreensão ampla da realidade, demandam estudo, são fontes de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico e, portanto, exigem maior preparo dos educadores. É importante, porém, que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade.” - Parâmetros Curriculares Nacionais, Cartilha: Orientação Sexual, 1997.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a garantia do direito à educação, à saúde e à dignidade da pessoa humana. Ainda, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/1996 diz que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” - Diretrizes e bases da educação nacional, Art. 1º, 1996.

Desse modo, desde que abordada de maneira adequada à faixa etária dos alunos, respeitando suas necessidades, desenvolvimento cognitivo e emocional, além de considerar a diversidade cultural e os valores éticos da comunidade escolar, o professor de língua portuguesa pode e deve trabalhar educação sexual em suas aulas.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração deste projeto de pesquisa, a metodologia foi mista, com resultados qualitativos e quantitativos, conhecido como triangulação metodológica. Ela envolve a coleta e análise de dados para obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno em estudo, ou seja, a relação entre professores e o ensino de educação sexual na formação básica. Essa abordagem permite combinar as vantagens de ambas as metodologias, fornecendo uma visão completa do problema em questão.

Além disso, a pesquisa bibliográfica é utilizada para revisão e análise crítica da literatura sobre o tema, para complementar a síntese e interpretação das informações obtidas nos resultados quantitativos e qualitativos. O público-alvo deste estudo são os professores de língua portuguesa cotados na formação básica, que inclui ensino fundamental II e ensino médio. Para isso, a pesquisa em survey foi o processo escolhido para a coleta de dados

quantitativos, por meio de um questionário padronizado respondido por cada participante. Ela é projetada para colher informações de uma amostra representativa do público-alvo, a fim de obter uma compreensão das opiniões, atitudes, comportamentos e outros aspectos relevantes relacionados ao tema da pesquisa.

Algumas hipóteses foram levantadas para pensar os objetivos da pesquisa, são elas: a) Ainda há um falso senso comum de que a educação sexual cabe apenas ao ensino de biologia, por se tratar do envolvimento de corpos humanos; b) Os professores têm medo de trabalhar a temática em sala; c) Não sabem como abordar; d) Ocorre censura pela direção da escola; e por fim, e) Muitos professores acreditam que não é um tema de grande relevância, e que deve, inclusive, ser evitado.

Portanto, o questionário foi estruturado, com perguntas abertas, para realizar uma sondagem sobre educação sexual entre quinze professores de língua portuguesa da rede pública e privada. A divulgação da pesquisa ocorreu através das redes sociais, limitando seu compartilhamento entre o público-alvo da pesquisa. Durante a divulgação, aqueles que aceitaram o convite para participar, foram contatados para agendamento da entrevista. Esta foi realizada na escola onde o profissional atua, ou através de reunião on-line, via Google Meet.

Foram utilizadas as seguintes questões abertas: a) Na sua opinião, em que idade deve ser discutida com os jovens na escola a saúde sexual?; b) Na sua opinião, quem deve discutir a saúde sexual com os jovens?; c) Na sua região, quem apoia os professores na discussão da saúde sexual?; d) Que tópicos são abrangidos na educação sobre saúde sexual na sua escola?; e) A escola possui um processo claro para ajudar individualmente os alunos que têm preocupações com a saúde sexual?; f) Que conhecimentos você tem acerca da abordagem requerida pela Base Comum Curricular Nacional sobre educação sexual?; g) Você já pensou em trabalhar a educação sexual na sua sala de aula, independente do seu componente curricular?; h) Você saberia como trabalhar a educação sexual em sala de aula?.

Para a realização das entrevistas e consequente aplicação dos questionários, foi necessária aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, encaminhado à Plataforma Brasil. Seguindo um cronograma, o projeto foi autorizado, pelo protocolo CAEE 78622024.4.0000.8091, em 30 de abril de 2024.

A análise dos dados foi realizada através da elaboração de uma planilha que filtrou o material desenvolvido nas entrevistas, a fim de encontrar respostas similares, para a criação de gráficos visuais. Entretanto, algumas questões não receberam respostas semelhantes e foram classificadas como qualitativas, para desenvolver o conteúdo da literatura existente.

4. DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

O presente capítulo foi construído para analisar a literatura existente sobre educação sexual e discutir aspectos específicos das hipóteses levantadas. Em primeiro lugar, a educação continuada torna-se tópico de discussão por ser defendida como fator crucial para determinar o desenvolvimento da profissão docente. Após, tabu é discutido em suas diversas esferas, advindas de costumes tradicionais, religiosos ou preconceitos enraizados. Acompanhando o tópico, a censura escolar imposta por equipes diretivas é colocada em pauta para reforçar os deveres que as instituições devem cumprir, incluindo a educação sexual, que por muitas vezes é proibida por essas gestões. Por fim, é importante defender o posicionamento de que o professor de língua portuguesa é participante desse processo formativo e apresentar possibilidades de adequação dos conteúdos programáticos ao tema, além de fortalecer a defesa da adaptação dos currículos para as idades dos alunos em questão.

Ao revisar parte da literatura existente acerca do tema Educação sexual na formação básica brasileira, é possível identificar que há uma persistência na busca por esse direito (principalmente ao se observar o resumo histórico), contudo, há, também, falsos pressupostos que acarretam a construção de mitos que dificultam o acesso e à distribuição de papéis nessa implantação. Entre eles, o senso comum que atribui essa função aos professores de ciências biológicas e imune as demais disciplinas parece sobressair.

Inicialmente, faz-se necessário pontuar que os Parâmetros Curriculares Nacionais se constituem como a principal ferramenta de orientação para a promoção da educação sexual e que muitos pesquisadores defendem a sua integração ao currículo escolar.

“O tema em questão é levantado pelos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o qual propõe que a Educação Sexual deva ser inserida na educação formal como tema transversal, em outras palavras, que seja apresentado pelas várias áreas do conhecimento, perpassando todas elas, planejando previamente e também de maneira ‘extra-programada’, na qual dúvidas, comentários e situações provenientes do ambiente escolar, serão aproveitados como momentos para Educação Sexual Informal, espontaneamente (FIGUEIRÓ, 2006).” - AMORIM e MAIA (2012)

A construção da cartilha Orientação Sexual e a definição do tema como transversal, distribui o peso da responsabilidade de promover a Educação Sexual como demanda ativa e objeto de conhecimento. Por isso, é preciso reavaliar a constituição da educação sexual e seus estudos integrados, como: a sexualidade, identidade, o sentimento, consentimento, entre outros. Dessa forma, observa-se que a finalidade da temática está além da concepção dos significados de órgãos reprodutores, de métodos contraceptivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), abrindo discussões cabíveis em outros cenários que não sejam as aulas de biologia.

De fato, a simples aplicação dos conceitos ou das propostas em Educação Sexual sem preparo adequado dos educadores pode gerar consequências desagradáveis. Entretanto, trata-se de um direito que os alunos têm de receberem esclarecimentos que muitas vezes não têm com a família, e, por isso, é preciso que os profissionais que trouxeram a temática para a sala de aula estejam preparados para ouvir seus alunos, da mesma forma que é preciso que estejam preparados para orientá-los nessas questões.

4.1 EDUCAÇÃO CONTINUADA

Através da realização de leitura da literatura existente do tema, é possível afirmar que há necessidade de uma educação continuada. Para este estudo, defende-se que o professor de língua portuguesa deva complementar sua formação com cursos voltados para a aplicação de abordagens sobre educação sexual no contexto de sala de aula.

No cenário nacional atual, observa-se um perfil padrão de carreira docente de não seguir uma educação continuada. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), um a cada 10 profissionais da educação opta por seguir com a especialização. Este apontamento carrega inúmeras causas, entre elas a baixa valorização profissional e a falta de investimento na sua formação.

“A resposta a esse questionamento está na formação continuada de professores, uma vez que esta é um *continuum* no desenvolvimento profissional do docente. Ela é um processo de aprendizagem, que requer que o professor compreenda as múltiplas relações dos diversos conhecimentos. Essas relações se dão tanto no campo epistemológico quanto nos âmbitos político, social, ideológico e filosófico da área específica de conhecimento que o docente deseja ampliar. Ademais, investir na formação é imprescindível, mas não deve ser qualquer formação. Esta

deve ser pautada por uma concepção que supere a racionalidade técnica e que tenha uma proposta de formação para que os professores possam refletir sobre e como agir em seu trabalho pedagógico.” - SPOTTI e BRANDIM, em “Formação continuada de professores e interculturalidade: reflexões sobre aspectos multiétnicos do ensino em língua portuguesa”, página 8.

Conforme SPOTTI e BRANDIM, a qualidade da formação deve estar alinhada com as demandas pessoais e seus objetivos a longo prazo, desenvolvendo competências práticas e teóricas que realmente façam diferença na carreira docente.

Paulo Freire (1996) afirma que o processo educativo não deve se limitar a uma fase específica, mas que seja uma prática constante e contínua, para ampliar as habilidades e em busca de mudanças positivas em suas vidas e na sociedade como um todo. O autor sugere o abandono do conceito de formação docente como processo de atualização, para adotar o conceito que consiste em construir conhecimentos sobre a prática docente, a partir da reflexão crítica. Segundo Freire (2001), crítica é a curiosidade epistemológica, resultante da transformação da curiosidade ingênua. Nesta concepção, a formação continuada deve incentivar a apropriação dos saberes, rumo à autonomia, para levar a uma prática crítico-reflexiva.

CURSO ONLINE GRÁTIS DE

Educação Sexual na Adolescência



★★★★★ 10 - 280 Horas

ENTRAR!

ACESSE O MATERIAL

Acesse o material do curso e comece a estudar, sem cadastro!

- Certificado válido em todo território nacional
- Amparado pelo Decreto Presidencial nº 5.154/04
- Segue as normas do MEC através da Resolução CNE nº 04/99
- Artigo 205 da Constituição Federal
- Resolução CEE nº 449/2002 expedida pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais

Curso Educação Sexual na Adolescência Online e Gratuito:

"Educação Sexual na Adolescência: Promovendo Saúde e Conscientização"

A educação sexual na adolescência desempenha um papel fundamental no desenvolvimento saudável dos jovens. Explore informações essenciais sobre os desafios da adolescência, benefícios da educação sexual, comunicação aberta sobre sexualidade e muito mais. Saiba como abordar temas sensíveis e promover uma visão realista da sexualidade adolescente. Descubra como criar um ambiente de apoio e confiança para discutir questões importantes. Navegue pelos recursos disponíveis para uma aprendizagem contínua e para ajudar os adolescentes a tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual.

FIGURA: *printscreens* de página da *Internet* que oferece curso gratuito de educação sexual, promovido pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Em busca de respostas, ao realizar uma pesquisa rápida na *Internet*, pode-se constatar uma grande variedade de opções de cursos básicos sobre a temática, que abrangem os tópicos mais comumente excluídos; a construção de relacionamentos saudáveis, a tomada de decisões conscientes, ou até mesmo de mudanças pubertárias. Logo, é possível conceber que existem caminhos para a educação continuada e, além disso, em Educação Sexual, que frequentemente foi ou ainda é esquecida nas discussões em ambientes universitários e nos currículos acadêmicos.

Então, observa-se que a opção por uma educação não continuada perpassa as causas mais comuns citadas anteriormente: a baixa valorização profissional, falta de investimento. Existem outros meios além da profissionalização atribuída por um contratante, e, por isso, pode-se afirmar que também há uma falta de interesse por parte dos docentes.

4.2 TABU

Estima-se que entre os motivos da exclusão da Educação Sexual dos planejamentos, o maior deles se dá pelo fato de que muitos docentes ainda enxergam a temática como tabu. A palavra tabu pode ser conceituada como “comportamento cuidadoso que não tem justificção” (AURÉLIO 2011), e nesse cenário trata-se de uma omissão, legitimando a condição “promíscua” de olhar a educação sexual.

O entendimento da sexualidade ainda, mesmo com o passar dos anos, carrega associações com a libertinagem, o pecado e a imoralidade. Contudo, a censura pelas gerações anteriores não pode ser um fator para a precarização da conscientização no âmbito escolar. Nesse sentido, a UNESCO reforça que:

“Educação em sexualidade desempenha um papel central na preparação de jovens para uma vida segura, produtiva e satisfatória em um mundo onde HIV e AIDS infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada, violência baseada em gênero (VBG) e a desigualdade de gênero ainda representa sérios riscos ao seu bem-estar e, compreende e assegura a proteção de seus direitos ao longo de suas vidas.” - (UNESCO, 2018, p.12)

Dessa forma, é plausível que a escola e seus docentes cumpram com seu papel social de promover uma educação assistida pela informação e preparação para a vida. Partindo disso, deve-se reconhecer que a temática ainda é abordada de maneira reducionista pelos

paradigmas que os tabus carregam. Portanto, é importante desmistificar de forma consciente o porquê oferecer a educação sexual como objeto de conhecimento.

Trata-se de uma ação de autoconhecimento do próprio corpo, mas que também não pode se limitar às funções reprodutivas. Anular a ideia de que o corpo é constituído apenas por fatores biológicos é sustentar alguns paradigmas dos tabus citados; dado que existem elementos socioculturais e, até mesmo, econômicos, que fazem parte do processo de formação do indivíduo e sua identidade.

É possível afirmar que uma parcela dos motivos que levam um docente a não contemplar a educação sexual no planejamento de suas aulas, seja por suas crenças culturais e religiosas. Por isso, o ambiente de tabu em torno da temática leva à repressão de discussões, em que a forte ênfase na moralidade e na preservação da “pureza” ou “inocência” tornam-se justificativas. Superar esse tabu requer uma abordagem cuidadosa, baseando-se em evidências científicas sobre sexualidade e saúde sexual. O desconforto ao trabalhar o tema, seja por vergonha, falta de conhecimento ou, até mesmo, por tabus pessoais internalizados, não podem ser fatores de impedimento na abordagem dos tópicos em sala de aula. Para isso, reforça-se a proposta da educação continuada, em que o professor busca o aprendizado que, por muitas vezes, foi anulado em outras práticas profissionais, como a graduação. É importante que se estabeleça limites na parcialidade, principalmente quando o papel do docente ainda é colocado como “detentor do conhecimento” e tudo o que ele expor na sala de aula será visto como verdade. Dito isso, a Constituição Federal Brasileira de 1988, regulamenta que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” - Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 5.

“É vedado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” - Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 19, inciso I.

A partir do exposto, é evidenciado que, diante de um Estado Laico, o professor não pode utilizar suas crenças e convicções para evitar temas transversais à sua disciplina. Por isso, a importância de uma formação inicial e continuada sobre este tema, pois esses

momentos são fundamentais e bastante enriquecedores no processo de formação docente. Segundo Braga (2009, pg.133), “é necessário que os professores participem de momentos de cursos, debates, grupos de estudo entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre os grupos.”

4.3 CENSURA ESCOLAR

A partir da análise realizada até então, pode-se comprovar que a escola deve superar tais tabus e preconceitos ainda existentes na contemporaneidade, visando uma educação sexual de qualidade, promovendo a conscientização e promoção de uma vida saudável, para que estejam preparados e conscientes de seus atos. Para isso, a escola precisa estar ciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão visto que, segundo a Cartilha de Orientação Sexual, criada pelos PCN, “a comunidade escolar deve estar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos.” Mesmo assim, pode ser frequente o encontro de docentes em escolas que não cumprem com esse papel e, mais que isso, proíbem esse conteúdo como objeto de conhecimento e discussão. Por isso, é importante que os profissionais da educação estejam cientes da legislação que aborda o tema.

A Educação Sexual está embasada principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96. Ela estabelece que deve ser abordada de forma integrada e articulada ao PPP (Projeto Político-Pedagógico) das instituições de ensino, considerando as faixas etárias. O PPP é um documento que descreve os objetivos, as metas e estratégias de uma instituição de ensino, refletindo a visão e os valores da comunidade escolar, servindo como um guia para a prática educativa.

Além da LDB, existem outros instrumentos normativos que respaldam a Educação Sexual no currículo, como as orientações do Plano Nacional de Educação (PNE), que também estabelecem metas e estratégias para o país, incluindo aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos. Por isso, instituído pela Portaria Interministerial nº1055/2017, o Programa Saúde na Escola (PSE) reforça a necessidade de desenvolver ações educativas voltadas para a promoção da saúde sexual e reprodutiva dos estudantes, em parceria com o sistema de saúde.

Portanto, de acordo com a legislação brasileira, as escolas têm a obrigação legal de incluir a educação sexual em seus currículos, proporcionando uma abordagem adequada e

responsável sobre a sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, respeitando os direitos humanos, a diversidade e a autonomia dos estudantes.

4.4 POSSIBILIDADES PARA O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Diante do exposto, sobre a necessidade de uma educação continuada, a desvinculação de tabus e preconceitos, e da obrigação do papel da escola com a Educação Sexual, é preciso reforçar novamente os motivos que defendem a ideia de que o professor de língua portuguesa deve fazer de sua aula o espaço para se desenvolver a temática.

Na contemporaneidade, a educação sexual emerge como um tema crucial no contexto educacional. Dentro desse cenário, a disciplina de língua portuguesa apresenta-se como um espaço privilegiado para abordar essas questões de forma reflexiva, contextualizada e expositiva. São inúmeras as possibilidades para contribuir para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e respeitosos em relação às diversidades sexuais e de gênero presentes na sociedade.

Como discutido anteriormente, tem-se uma falsa noção e senso comum de que o papel de ensinar e refletir sobre educação sexual se encarga na disciplina de ciências, ou biologia. Segundo as novas diretrizes do Novo Ensino Médio, a redução da carga horária das disciplinas obrigatórias fez com que componentes como biologia passassem a ter somente um período (50 minutos) semanal. Ainda, a disciplina de língua portuguesa, por mais que também tivesse sofrido uma brusca mudança na carga horária, segue conquistando a maior parte. Com isso, entende-se que o professor de língua portuguesa é o que mais se encontra com os alunos de uma turma, abrindo possibilidades para que se construa uma conexão melhor entre todos. Mais que isso, a importância da língua como ferramenta de comunicação e expressão e suas práticas em aula, trazem mais oportunidades para envolver qualquer temática.

Segundo Carl Rogers (1973), em *Freedom to learn*, “O único aprendizado que influencia significativamente o comportamento é o que tem sido assimilado em um nível profundo por meio de experiência pessoal significativa.”

Complementando Rogers (1973), John Dewey afirma que:

“(...) o professor é um exemplo e um orientador para os alunos, ajudando-os a compreender e praticar os princípios democráticos na vida diária. É preciso que desenvolva habilidades de facilitação e mediação, ajudando os alunos a

explorarem suas próprias ideias, desenvolvendo pensamento crítico.” - John Dewey, *Democracy and Education* (1916).

Diante do exposto, seguindo os princípios de Rogers (1973) e Dewey (1916), entende-se que os professores deveriam criar um vínculo com seus alunos, até mesmo para conhecer suas crenças e vivências. Para Dewey, os artefatos culturais são elementos-chave para o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem, defendendo sua integração ao currículo escolar e promovendo o processo de diagnóstico e intervenção na realidade. Essa estratégia, aliada com as teorias de Rogers sobre promoção de autonomia, crescimento pessoal e aprendizagem significativa por meio do respeito e da empatia pelo aluno, os docentes de língua portuguesa fazem uma combinação de estratégias para desenvolver a Educação Sexual com suas classes. A grande dúvida seria: como aplicar? Como combinar esse tema ao ensino de outros conteúdos que fazem parte de um planejamento obrigatório? Como a BNCC pode auxiliar na escolha de habilidades a serem desenvolvidas?

Uma das estratégias mais eficazes para trabalhar a educação sexual nesse contexto é através da leitura e análise de textos variados. Por meio de uma seleção criteriosa de textos, os alunos podem ser instigados a refletir sobre diferentes perspectivas e vivências relacionadas à sexualidade. Outra abordagem interessante envolve a realização de entrevistas, pesquisas e palestras, com a participação de profissionais da área da saúde. Essa troca de saberes enriquece as discussões em sala de aula, ampliando o entendimento dos alunos sobre questões mais complexas.

A interdisciplinaridade, segundo Pombo (1993), é

“[...] qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objecto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objectivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objecto comum. A interdisciplinaridade implica, portanto, alguma reorganização do processo de ensino/aprendizagem e supõe um trabalho continuado de cooperação dos professores envolvidos.”

Dito isso, a metodologia no formato interdisciplinar também se mostra como uma estratégia para trabalhar a Educação Sexual, criando oportunidades para a integração de outras áreas de conhecimento, e para a compreensão da sexualidade em sua totalidade, abordando aspectos biológicos, culturais, sociais e éticos.

4.4.1 PROPOSTA DE PLANO DE AULA

Para elucidar a proposta, faz-se exposição de exemplos sobre como aplicar a educação sexual no contexto de sala de aula, na disciplina de língua portuguesa. Seu objetivo é oportunizar uma discussão que pode se estender até onde e quando o professor se sentir preparado e confortável. De toda forma, o objetivo geral é integrar o conteúdo de interpretação de texto, análise gramatical, estudo de gêneros textuais, à discussão sobre gravidez e relacionamentos precoces.

O conteúdo programático destes planos de aula detém-se no entendimento sobre classes gramaticais e interpretação do texto de forma geral, considerando que as perguntas também podem estimular respostas e dúvidas em outros campos, para os alunos. Por isso, recomenda-se que o professor esteja preparado para responder às dúvidas que possam surgir e que a aplicação seja adequada às idades dos integrantes do grupo.

O seguinte planejamento propõe aplicação em turmas de oitavo ou nono ano, levando em consideração as idades previstas nessas séries.

Tempo de duração	Habilidades (BNCC)	Atividade prevista
10 minutos	(EF69LP17) Perceber e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários, os aspectos relativos ao tratamento da informação em notícias, como a ordenação dos eventos, as escolhas lexicais, o efeito de imparcialidade do relato, a morfologia do verbo, em textos noticiosos e argumentativos, reconhecendo marcas de pessoa, número, tempo, modo, a distribuição dos verbos nos gêneros textuais (por exemplo, as formas de pretérito em	*Leitura do trecho da reportagem retirada do site G1: “Namoro precoce entre jovens gera discussão entre pais e filhos <i>‘Toda menina que enjoa da boneca é o sinal que o amor já chegou ao coração’.</i> Essa famosa música de Luiz Gonzaga tem sido uma realidade na vida de muitos adolescentes. Meninos e meninas entre 12 e 16 anos têm entrado em relacionamentos sérios cada vez mais cedo. E o dia 12 de junho será o primeiro Dia dos Namorados para muitos deles. Laryssa Oliveira, de 12 anos e Matheus Henrique, de 14 anos, estão juntos há 6 meses. Esse é o primeiro namoro do casal e consequentemente será a primeira vez que os pombinhos vão comemorar o Dia dos Namorados. A estudante diz que preferiu contar logo para a mãe sobre o início do relacionamento com Matheus. “Conheci ele na igreja que estou frequentando. Começamos a namorar e desde então percebi que estava rolando alguma coisa entre a gente. Sou bastante próxima da minha mãe e não quis esconder essa situação

	<p>relatos; as formas de presente e futuro em gêneros argumentativos; as formas de imperativo em gêneros publicitários), o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados (tempo verbal, jogos de palavras, metáforas, imagens).</p>	<p>dela. Mesmo sendo muito nova, minha mãe aceitou o namoro e estamos bem juntos, não me arrependo de ter aberto o jogo. Hoje, namoro em casa e não preciso esconder nada de ninguém”, conta Oliveira.</p> <p><i>(Adaptado de http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2013/06/n-amoro-precoce-entre-jovens-gera-discussao-entre-pais-e-filhos.html)</i></p> <p>*Sugere-se que a leitura seja oral, realizada pelos alunos.</p>
30 minutos	<p>(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.</p> <p>(EF07LP01) Distinguir diferentes propostas editoriais – sensacionalismo, jornalismo investigativo etc. –, de forma a identificar os recursos utilizados para impactar/chocar o leitor que podem comprometer uma análise crítica da notícia e do fato noticiado.</p>	<p>Interpretação de texto com as seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A palavra precoce presente no título é um adjetivo. Qual o sentido dela? 2. O que o autor quis dizer com o trecho da música que inicia o texto? 3. A palavra que inicia o texto (“toda”) poderia ser substituída, sem erro gramatical ou mudança de sentido, por qual palavra? 4. A criação deste texto surgiu com a intenção de publicar o quê? 5. Qual a sua opinião sobre o namoro “precoce”? 6. Que informações você daria a Laryssa e Matheus sobre cuidados no relacionamento? <p>Discussão sobre as respostas.</p>
10 minutos	<p>(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e</p>	<p>Reprodução do vídeo “Prevenção da Gravidez na Adolescência”, projeto da Universidade Federal do Paraná.</p>

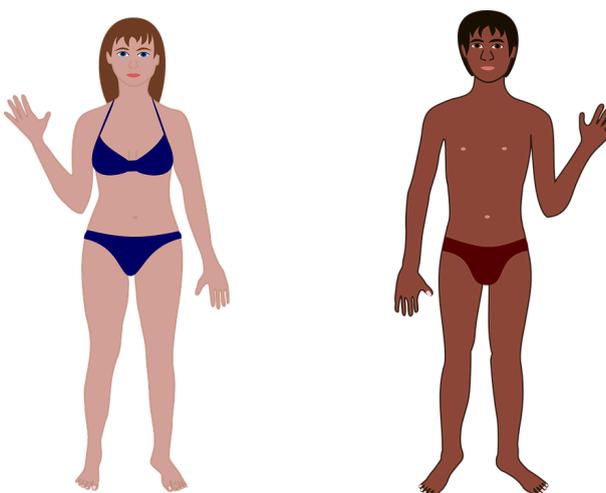
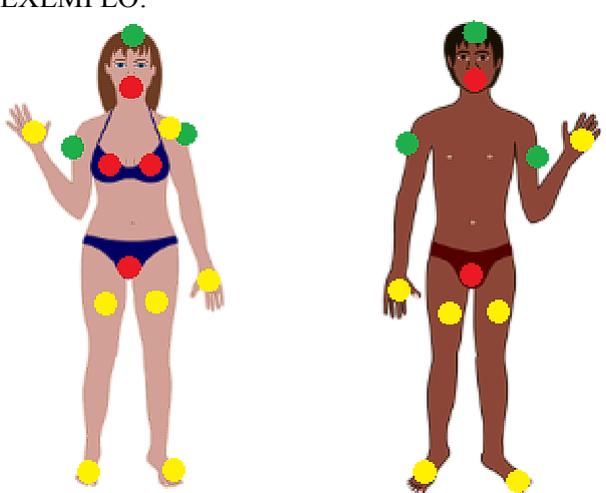
	<p>sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões, respeitando as opiniões contrárias e propostas alternativas e fundamentando seus posicionamentos, no tempo de fala previsto, valendo-se de sínteses e propostas claras e justificadas.</p>	<p>(https://www.youtube.com/watch?v=tvQ5deXx7HM)</p> <p>Discussão e análise do conteúdo apresentado no vídeo.</p> <p>Proposta de atividade para ser realizada em casa: os alunos devem, em conversa com seus pais, produzirem um texto em formato de entrevista, com os questionamentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Com que idade você teve seu primeiro relacionamento? 2. O que você aprendeu com sua primeira experiência? 3. Na sua opinião, qual a definição de um relacionamento saudável? 4. Quais orientações você recebeu da sua família, da sua escola? 5. Quais orientações você gostaria de dar? <p>A entrega deve ser realizada na próxima aula, para discussão em turma sobre as respostas obtidas.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Em resumo, o que se tenta expor é a importância de escolher textos que retratem outras necessidades para os alunos, além de ser um instrumento de análises sintáticas, pragmáticas, gramaticais etc. A escolha do texto precisa refletir outras demandas, como a Educação Sexual. Ao optar por textos que discorrem sobre gravidez precoce, consentimento, sexualidade, sentimentos, entre outros, o professor também está participando desse processo, mesmo que pareça indireto.

O próximo exemplo pode ser aplicado em turmas de sexto ou sétimo ano, novamente considerando as idades previstas.

Tempo de duração	Habilidades (BNCC)	Atividade prevista
10 minutos	<p>(EF67LP28) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes –, romances infantojuvenis, contos</p>	<p>*Leitura do trecho da reportagem retirada do site G1: “Menina de 12 anos faz denúncia de abuso sexual praticado pelo tio após palestra na escola, no ES</p> <p>Uma menina de 12 anos denunciou o próprio tio, de 47 anos, após participar de uma palestra em uma escola em Muniz Freire, na região Sul do Espírito Santo, e revelar que ha cerca de cinco meses era abusada sexualmente pelo familiar.</p> <p>A palestra foi ministrada por uma equipe da Polícia Militar (PM) no dia 14 de maio. No final do encontro, a vítima de 12 anos se aproximou e pediu</p>

	<p>populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, mangás, poemas de forma livre e fixa (como sonetos e cordéis), vídeo-poemas, poemas visuais, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.</p>	<p>para conversar a sós com uma policial, neste momento as práticas do suspeito foram identificadas.</p> <p>No decorrer das investigações da PM, foi descoberto que o suspeito abusou sexualmente da irmã mais velha da vítima, quando ainda era menor de idade, e também da mãe da adolescente.</p> <p>Para o delegado Hélio Flávio Martins, titular da DP de Muniz Freire, crimes como este, considerando principalmente a idade da vítima, devem ser exemplarmente punidos. Em menos de dois meses, foram mais de dez pedidos de prisão preventiva para casos semelhantes no município, que não tem medido esforços para divulgar informações ligadas à Educação Sexual as escolas.</p> <p><i>(Adaptado de https://g1.globo.com/es/espírito-santo/sul-es/noticia/2024/06/19/menina-de-12-anos-faz-denuncia-de-abuso-sexual-praticado-pelo-tio-apos-palestra-na-escola-no-es.ghtml)</i></p> <p>*Sugere-se que a leitura seja oral, realizada pelos alunos.</p>
20 minutos	<p>(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.</p>	<p>Questões sobre o texto com as seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acentue as palavras destacadas em negrito no texto. 2. O texto é conceituado como jornalístico. Quais são as características de um texto jornalístico? 3. Abreviação é uma redução da palavra até um limite que não prejudique o entendimento no contexto. Um exemplo de abreviação é a palavra PNEU, que sem abreviar é PNEUMÁTICO. Dito isso, dê o significado das abreviações encontradas no texto: <ol style="list-style-type: none"> a) PM: b) ES: c) DP: 4. Qual a definição de abuso sexual? 5. Há alguma lei na Constituição Brasileira que defenda crianças e adolescentes que acusam alguém por abuso sexual? Qual? Pesquise. 6. Quando ocorrer uma situação de abuso sexual, para quem deve ser feita a denúncia? <p>Discussão sobre as respostas.</p> <p>7. O que a escola pode fazer para ajudar vítimas de abuso e para prevenir essa situação? (A resposta deve ser em tópicos, para ser discutida e montada com a turma)</p>
20 minutos	<p>(EF69LP13)</p>	<p>*Construção de cartaz “Semáforo do toque”: onde</p>

	<p>Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social.</p>	<p>pode e não pode tocar?</p>  <p>Pintar em vermelho: NÃO PODE TOCAR! Pintar em amarelo: OPA! TOMAR CUIDADO! Pintar em verde: PODE TOCAR!</p> <p>*Sugere-se que o cartaz seja montado em turma e que a discussão seja realizada com apoio do professor. Os alunos sugerem as áreas a serem pintadas.</p> <p>EXEMPLO:</p> 
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O ensino fundamental, dentro do período do sexto ao nono ano, trata-se de uma fase de descobertas, em que o pré-adolescente questiona os acontecimentos ao redor e tem dúvidas sobre a sexualidade. Para isso, é crucial que seus professores estejam atentos aos sinais de dúvidas e se façam presentes no processo de desenvolvimento do ser.

Por outro lado, o ensino médio, em sua integridade total, pode ser definido como uma fase de reafirmações e de autoconhecimento; em que o adolescente, muitas vezes, se torna sexualmente ativo. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE),

realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 30% dos escolares entre 13 e 15 anos já tiveram relações sexuais. Ainda, a pesquisa mostra que o uso de preservativos caiu 22,3% nos últimos 10 anos. Portanto, levando os dados em consideração, é importante, também, aliar a transdisciplinaridade às aulas de língua portuguesa nesse contexto. O próximo plano de aula é organizado e desenvolvido em conjunto com a disciplina de biologia, para ser aplicado com turmas do ensino médio.

Tempo de duração	Habilidades (BNCC)	Atividade prevista
15 minutos	<p>(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais.</p>	<p>1. Entrega de cartilha feita pelos professores com as informações que serão expostas na aula. EXEMPLO:</p>  <p>2. Exposição do assunto aos alunos. O professor de língua portuguesa faz as definições de relacionamento, consentimento e sentimento, permeando seus limites, apontando as informações na cartilha.</p> <p>3. O professor de biologia aproveita o espaço e introduz os métodos contraceptivos como meio de prevenção, falando sobre os perigos da gravidez precoce e os riscos em contrair DTS's e IST's.</p>
30 minutos	<p>(EM13LP27) Engajar-se na busca</p>	<p>1. Os professores entregam pedaços de papéis e organizam a turma em círculo, para criar</p>

	de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.	<p>uma roda de conversa.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Os alunos escrevem nos papéis dúvidas sobre sexualidade e saúde sexual. 3. Os professores recolhem e sorteiam as dúvidas anônimas. 4. Os alunos ajudam a sanar as dúvidas escritas nos papéis e os professores mediam a conversa.
5 minutos	(EM13LP09) Fazer curadoria de informações, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores finalizam a roda de conversa sinalizando formas e lugares para encontrar pessoas que sejam apropriadas para ajudarem em questões relacionadas à educação sexual.

5. EXPOSIÇÃO DE DADOS

Em busca de respostas para as hipóteses levantadas nesta monografia, foi realizada uma pesquisa com recurso humano, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 78622024.4.0000.8091). Inicialmente, a exposição dos dados é necessária para avaliação dos resultados obtidos. Após, a interpretação dos dados responde às hipóteses que foram levantadas.

A pesquisa em *survey* visa descrever a distribuição de características ou fenômenos que ocorrem em determinados grupos da população. O questionário montado teve como seu público-alvo professores de língua portuguesa da formação básica e foi respondido por 15 docentes, através de divulgação e selecionados a partir de sua compatibilidade de agenda com

o cronograma deste trabalho. A fim de preservar o sigilo garantido aos participantes, cada um recebeu um nome fictício, listado aleatoriamente por letras do alfabeto. Sendo assim, temos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P, que se prontificaram a participar desta pesquisa e responderam o questionário integralmente.

A pergunta inicial se tratava da idade do participante.

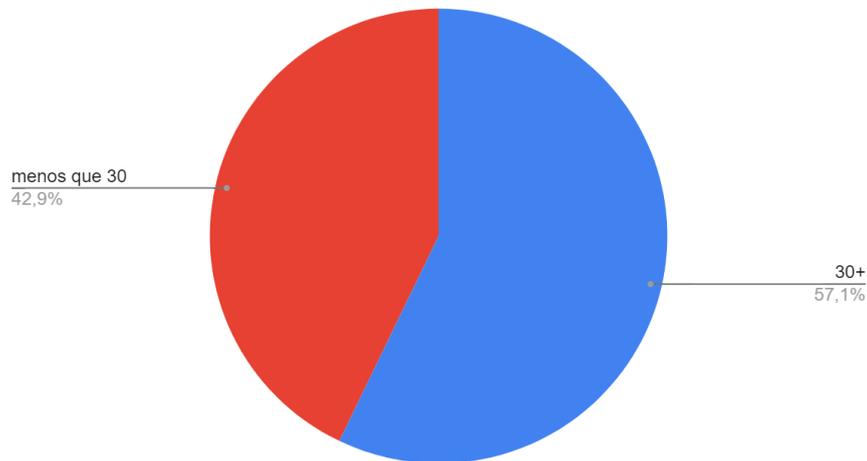


Gráfico 1 - Idade dos participantes da pesquisa.

Ao analisar o gráfico, pode-se constatar que mais da metade dos participantes possui mais de 30 anos de idade. Durante a entrevista realizada com cada colaborador, A, participante mais velho, relatou que muitas vezes a idade pode favorecer para o sustento de alguns tabus. O conservadorismo e a preservação de costumes antigos corroboram para que a temática de educação sexual seja evitada ou, até mesmo, proibida. Sobre isso, o participante G conta que já teve vontade de usar sua sala de aula como meio para iniciar uma conversa, mas foi proibida pela escola onde trabalha, que defendeu a preservação dos “bons costumes”.

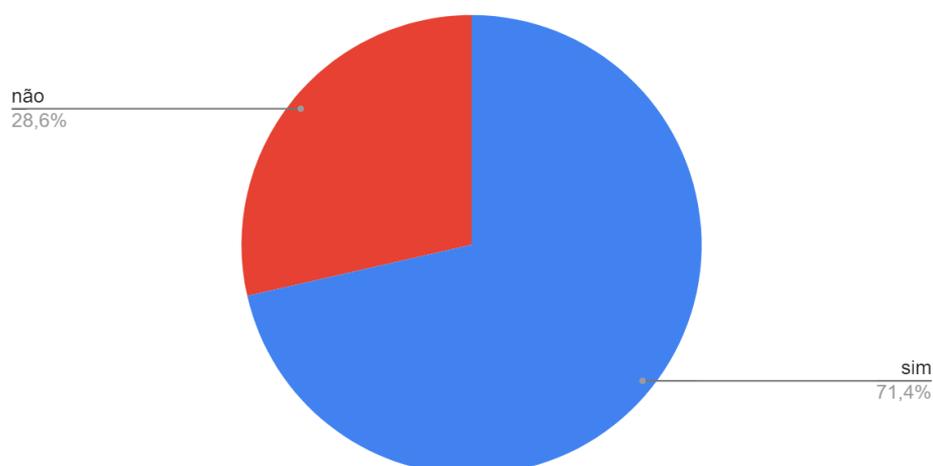


Gráfico 2 - Docentes que já pensaram em trabalhar a educação sexual em sala de aula.

Aproximadamente 70% dos participantes afirmaram já terem cogitado trabalhar essa temática em sala de aula e 64,3% relatam não saber como.

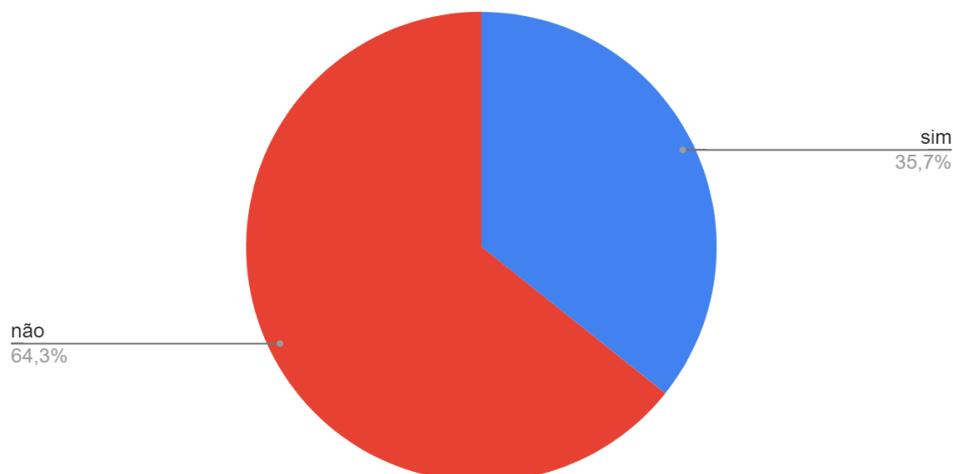


Gráfico 3 - Índice de professores que saberiam trabalhar a educação sexual em sala de aula.

Uma das hipóteses levantadas para a realização desta pesquisa dizia sobre a censura que poderia ser imposta pela direção da escola e o participante M conta que é muito importante que a equipe diretiva se faça presente na construção de processos claros para ajudar os alunos com suas dúvidas e questões sexuais. Ainda, o participante relata que a educação sexual efetiva depende da gestão escolar para acontecer.

Por outro lado, os participantes P e N, oriundos de escolas católicas, reforçam a proibição do assunto. N relata que quando há algum desejo de trabalhar temáticas próximas da educação sexual, o apoio vem do próprio grupo de professores.

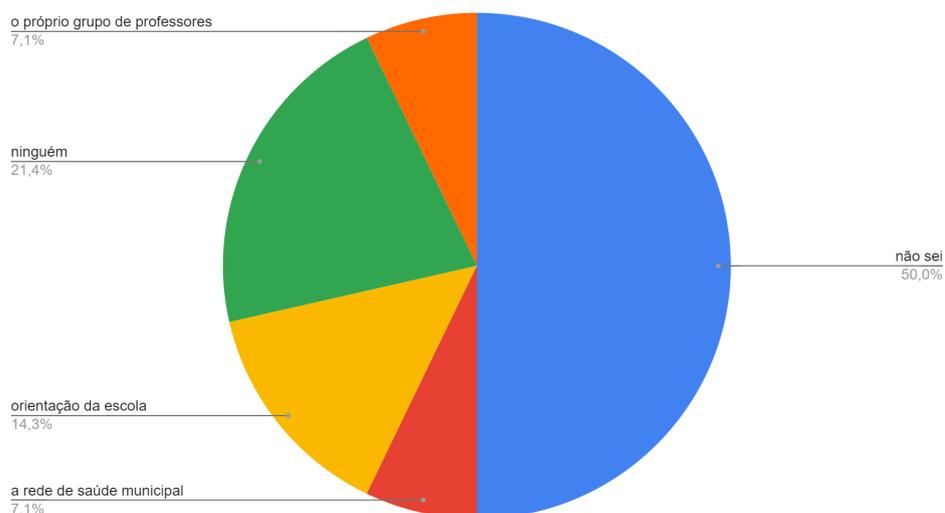


Gráfico 4 - Respostas sobre quem apoia os professores na discussão de saúde sexual.

Quanto ao apoio prestado aos professores que desejam promover a discussão do tema, metade dos participantes afirmam não saber quem são. Cerca de 14% afirma que a orientação da escola presta esse serviço e 7% diz que a rede de saúde municipal fica encarregada. Ainda, mais de 21% dos participantes alegam que ninguém presta apoio e 100% dos participantes disseram que não há um processo claro para ajudar individualmente os alunos que têm preocupações com a saúde sexual.

Na opinião dos participantes, a família, a escola, professores e profissionais da saúde devem participar deste processo. Aproximadamente 60% concordam que a escola deve criar uma abordagem em conjunto com a família, e que ambos precisam, obrigatoriamente, estar envolvidos.

Entre os participantes, mais de 70% desconhecem as abordagens requeridas pela BNCC sobre educação sexual e não sabiam que a temática está presente como tema transversal no documento.

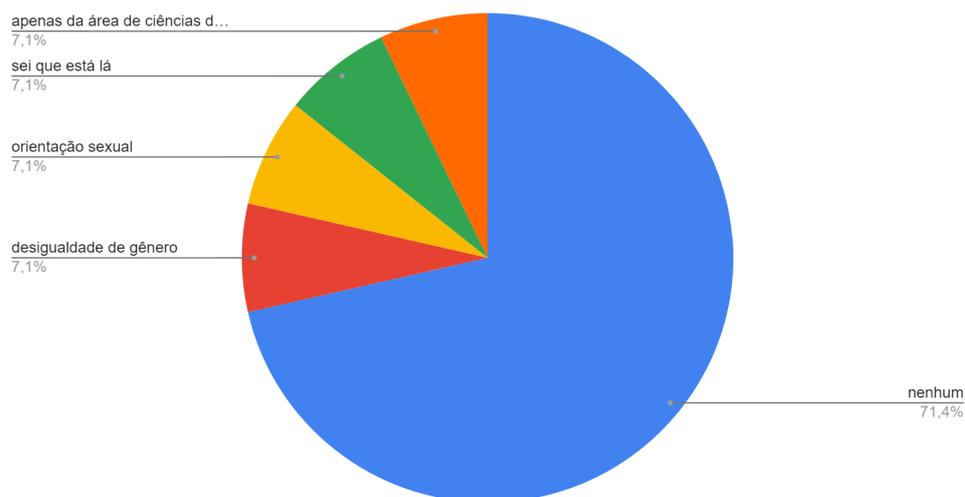


Gráfico 5 - Respostas sobre conhecimento de abordagem requerida pela BNCC sobre educação sexual.

Por fim, foi questionado aos participantes quais tópicos deveriam ser abrangidos na educação sobre saúde sexual. Em geral, a maioria respondeu que o corpo, tanto no aspecto anatômico, quanto relacionado às questões de limite e apropriação, deve ser discutido. Ainda, o autoconhecimento, sentimentos, responsabilidades, respeito e consequências, de caráter filosófico e reflexivo, também foram citados. Por outro lado, grande parte também respondeu que a gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, assédio, prevenção e exploração sexual, são assuntos que precisam ser colocados em pauta.

5.1 Interpretação de dados

Após a exposição dos dados, é preciso realizar uma análise sucinta e individualizada dos resultados obtidos. Cabe salientar que o questionário foi formulado a partir de hipóteses que foram levantadas para a construção do projeto de pesquisa; são elas: a) Ainda há um falso senso comum de que a educação sexual cabe apenas ao ensino de biologia, por se tratar do envolvimento de corpos humanos; b) Os professores têm medo de trabalhar a temática em sala, o que inclui c) Não sabem como abordar; d) Ocorre censura pela direção da escola; e por fim, e) Muitos professores acreditam que não é um tema de grande relevância, e que deve, inclusive, ser evitado.

Em primeira instância, sobre o falso senso comum da projeção da temática aos professores de ciências biológicas, algumas respostas puderam comprovar e explicar essa ideia. O participante F inclusive cita em sua resposta que o dever de educar os jovens sobre sexualidade cabe a esses profissionais. Em outro momento, o participante P responde que o único conhecimento que reconhece da BNCC sobre a educação sexual está descrito na área de ciências da natureza, como estudo de anatomia humana e, por sua vez, órgãos reprodutivos. De fato, a comprovação dessa hipótese não condiz com o que é exigido pelo material. Aliás, pode-se dizer que a confusão que se estabelece entre os professores, gestão e família sobre quem deve cumprir este papel, é justa. Embora o documento cite o tema como transversal, ainda não é claro como o professor pode conduzir seus conteúdos cotidianos às temáticas. Dessa forma, é justificável que mais de 70% dos participantes desconhecem a presença da educação sexual na BNCC.

Ainda, uma das hipóteses levantadas foi de que muitos professores acreditam que não é um tema relevante, que, após resultados, comprovou-se inverdade. Ao analisar os resultados obtidos, aproximadamente 70% revelaram já ter considerado aplicar a educação sexual em algum contexto de sua aula. Essa descoberta é importante para comprovar que, ao contrário do que foi estimado, os professores desejam e sentem a importância de propor atividades que abram espaço para discussões sobre a promoção da saúde sexual. Contudo, a vontade não é suficiente para iniciar projetos no âmbito escolar. Dentro das questões levantadas, ainda se acreditava que os professores que desejassem aplicar propostas relevantes para a educação sexual dos jovens, fossem ter medo de iniciá-las, ou que não soubessem como. Portanto, foi questionado aos participantes: “você saberia como trabalhar a educação sexual em sala de aula?”. Em geral, a maioria respondeu que não (64,3%).

Considerando os dados obtidos sobre conhecimentos acerca do tema na BNCC e a familiaridade dos participantes com a aplicação eficaz em suas salas de aula, pode-se questionar a eficiência do documento. A cartilha “Orientação Sexual”, organizada para promover reflexões e discussões, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola, tem pouca divulgação. Além disso, não produz um material eficaz para orientar escola, professor e família dos seus papéis a serem cumpridos. O documento frisa que a escola deve se habilitar para interagir com os jovens, e que a comunicação entre educadores e adolescentes tende, após sua utilização em aula, a se estabelecer com mais facilidade, corroborando para um trabalho pedagógico mais fluido. Entretanto, é observável a falta que faz um material exato, objetivo e descritivo, que trouxesse a assertividade que se busca ao trabalhar tema tão complexo.

Por fim, além do medo ao querer utilizar a temática em sala de aula, considerou-se que a gestão escolar poderia ser um impasse, impondo censura ao tema. Segundo os participantes da pesquisa, não há processo claro que ajude individualmente os alunos que têm preocupações com a saúde sexual. Dito isso, 100% das respostas afirmam que a escola não se preocupa em montar projetos pedagógicos que atuem na problemática, propositalmente ou não. Ainda, os participantes G, H, N e P atuam ou já atuaram em escolas particulares católicas que, de fato, proíbem a simples menção do tema em qualquer aula. Logo, é possível interpretar que, se a educação sexual não é proibida, ao menos ela é evitada e ignorada por muitas gestões escolares, fazendo com que o dever de promover uma boa educação sexual, livre de paradigmas, censuras e preconceitos, recaia nas mãos da família, que nem sempre vai assegurar uma educação nessas condições.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o presente trabalho teve como objetivo discutir as dificuldades e desafios ao trabalhar a educação sexual em sala de aula, especificamente na disciplina de língua portuguesa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o histórico da temática no Brasil, recomendando abordagens e metodologias pedagógicas para a sua aplicação. Desse modo, a metodologia escolhida foi quali-quantitativa, através de uma pesquisa em *survey*, em que quinze professores de língua portuguesa selecionados foram participantes.

Os resultados indicaram que os docentes de língua portuguesa participantes do estudo conhecem o cenário de invisibilidade da educação sexual, muitas vezes proporcionada pela falta de um processo claro, desenvolvido pela gestão escolar, e, apesar de terem desejo para

aliar os objetos de conhecimento programados ao tema, a maioria não sabe como fazê-lo. Ainda, foi descoberto que 100% das escolas onde os professores participantes atuam, não há um projeto que oriente seus profissionais na articulação de informações que devem ser repassadas ao aluno e muito menos, há um processo que esteja à disposição para sanar dúvidas e problemas que a vida sexual possa trazer. Esses dados corroboram a literatura existente, que aponta os culpados nos índices gerais brasileiros e que reforça os passos a serem dados.

Apesar das contribuições significativas, este estudo apresentou algumas limitações. A amostra foi composta por quinze (15) participantes, o que pode ser considerado um número pequeno. Além disso, seis participantes atuam na mesma escola, o que pode ser um fator sugestivo na interpretação dos dados. Mesmo assim, a presente pesquisa mostra um resultado satisfatório e esclarecedor de dados que antes eram invisíveis, retratando uma realidade que sugere um posicionamento geral e por isso este estudo se faz importante. Logo, para pesquisas futuras, é sugerido que uma nova pesquisa seja realizada, com um maior número de participantes, para reafirmar os resultados obtidos com uma amostra mais diversificada.

É preciso que as escolas sejam fiscalizadas quanto ao seu papel, obrigatório por leis, em educar e promover uma educação sexual de qualidade. Uma pesquisa realizada em 2019 pelo Datafolha, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, mostra que quase 50% dos jovens brasileiros entre 16 e 24 anos não receberam informações sobre sexo e contracepção durante a adolescência. Em contrapartida, as estatísticas do Ministério da Saúde indicam que a taxa de gravidez na adolescência no Brasil é uma das mais altas da América Latina, com cerca de 68 nascimentos por 1.000 meninas entre 15 e 19 anos. Ainda, o Global Education Monitoring Report de 2020, realizado pela UNESCO, informou que 75% dos jovens brasileiros acreditam que a escola é o melhor lugar para aprender sobre saúde sexual. Dessa forma, faz-se o pedido: o Governo Federal precisa entender a escola como participante da formação desses indivíduos e reforçar a compreensão da educação sexual nos currículos educacionais das escolas públicas e privadas.

Em conclusão, acredito que esta monografia possa ser um rico material à disposição daqueles que algum dia quiserem ousar em sua sala de aula. Como professora em formação, compreendo a importância de uma gestão escolar participativa, eficiente e democrática na aplicação da educação sexual, e que sua existência ou não é decisiva para a tomada de decisão dos professores em exercício. Contudo, penso que a iniciativa precisa ser dada, e, muitas vezes, são os nossos próprios obstáculos que nos impedem de tentar. Por isso, reforço a necessidade de não se estagnar na graduação (ou no tempo, de costumes antigos) e continuar

a educação; para que ela seja entregue aos nossos alunos da maneira como eles merecem receber: atualizada, planejada e, acima de tudo, quista.

7. REFERÊNCIAS

GOMES, Ana Paula S. Formação básica do cidadão brasileiro: concepções, debates e desafios. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 67-91, mar. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Saúde do Adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.

Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 1967.

Vygotsky, Lev S. A formação social da mente. Martins fontes, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Piaget, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Zahar, 1977.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete educação sexual. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-sexual/>>. Acesso em 05 jun 2023.

Dewey, John. (1916). Democracia e educação. Editora Ática, 2008.

Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A., Geraldi, J.W. Educação continuada: A política da descontinuidade. Educação & Sociedade, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/7rhBBsrKpd4jyCcDWzzC5Kk/>> . Acesso em 15 abr 2024.

Candau, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação e sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP Nº2. Conselho Nacional de educação - Conselho Pleno. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> . Acesso em 16 abr 2024.

WEREBE, Maria José Garcia. Implantação da educação sexual no Brasil. Cadernos de pesquisa, nº26, 1977.

BUENO, Rita C. P., RIBEIRO, Paulo R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, p. 49-46, 2018.

MIRANDA, Jean Carlos; BARROS, Márcia Graminho Fonseca Braz e. Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 4, 19 fev. 2019.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. 01 a 08/02 – Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília. 2024. Disponível em <<https://bvsmis.saude.gov.br/01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/>> . Acesso em 22 jun 2024.

AMORIM, R. M.; MAIA, A. C. B. Sexualidade na adolescência: dúvidas de alunos de uma escola pública. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 7, nº 4, p. 95-106, 2012.

GATTI, Bernardette A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, São Paulo. N. 100. P. 33-46. Dezembro de 2013.

SILVA, Everson M. A., ARAÚJO, Clarissa M. de. Reflexão em Paulo Freire: uma contribuição para a formação continuada de professores. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife. Setembro de 2005.

NASCIMENTO, M. F. F. do, MIRANDA, D. P. S., FERREIRA, I. dos S., PEREIRA, A. C. C., SILVA, V. M. da. Educação sexual: um tabu na comunidade escolar. VII Congresso Nacional de Educação. Maceió. 2021.

BRAGA, Eliane Rose Maio. Sexualidade infantil: a importância da formação de professores (as) na questão de gênero. In: *educação no século XX: Múltiplos desafios*/Sandra Regina Cassol Carbello, Sueli Ribeiro Comar (organizadora) Maringá: Edieem, 2009.

ROGERS, C. R. Liberdade para aprender. Trad. de Edgard de Godói da Mata Machado e Márcio Paulo de Andrade. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

POMBO, Olga. O Conceito de Interdisciplinaridade e Conceitos Afins. Lisboa: Texto Editora, 1993a.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. A Interdisciplinaridade: reflexão e experiência. Lisboa: Texto Editora, 1993a.

Moura, L. N. B. de. GOMES, K. R. O., RODRIGUES, M. T. P., OLIVEIRA, D. C. de. Informação sobre contracepção e sexualidade entre adolescentes que vivenciaram uma gravidez. *Acta. Paul. Enferm.* 2011

MALTA, D. C., SILVA, M. A. I., MELLO, F. C. M. de, MONTEIRO, R. A., PORTO, D. L., SARDINHA, L. M. V., FREITAS, P. C. de. Saúde sexual dos adolescentes segundo a pesquisa nacional de saúde dos escolares. *Revista Bras. Epidemiol.* 2011. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/X7L34jV6zHFHvznpdMJ6wyt/#>> . Acesso em 24 jun 2024.

8. ANEXOS

8.1 TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de Graduação Letras Licenciatura intitulada “**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: possibilidades e desafios para o professor de língua portuguesa**”. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Magali de Moraes Menti, que pode ser contatada no telefone 51981440957, no endereço Rua Heitor Manganelli, 404, apartamento 310, bairro Jardim Itu, Porto Alegre/ RS (CEP 91220050), ou no e-mail magali-menti@uergs.edu.br.

A pesquisa tem como objetivo traçar um perfil sobre a compreensão do professor de língua portuguesa no que diz respeito à educação sexual. Por sua vez, o **objetivo geral** é levantar possibilidades e discutir os desafios ao trabalhar a temática em sala de aula, especificamente na disciplina de língua portuguesa. Dessa forma, a **contribuição** dessa pesquisa é oferecer recomendações de práticas desenvolvidas por professores em suas salas de aula, incluindo abordagens e metodologias pedagógicas. Também se almeja propor eventos pedagógicos com o objetivo de compartilhar o que se aprendeu com a pesquisa, assim, contribuindo para a formação inicial e continuada de professores.

O questionário proposto consiste em dez (10) perguntas abertas sobre o tema, e será aplicado pela graduanda Milena Martins Longaray Garcia em visitas às escolas dos professores participantes, ou em reunião on-line, via Google Meet. A pesquisa tem como público-alvo professores de língua portuguesa do ensino público e privado, e estima que a entrevista seja aplicada com quinze (15) docentes. Estes professores serão convidados anteriormente através das redes sociais e, no caso de aceite, serão contatados para agendamento da entrevista. Estima-se que o questionário poderá ser respondido em 10 minutos. Acreditamos que os riscos deste procedimento serão mínimos. Dentre os riscos que frequentemente existem ao responder um questionário com perguntas abertas são: cansaço ou aborrecimento ao responder os questionários, constrangimento ao se expor durante a realização do questionário ou das atividades e quebra de sigilo. Para essa última hipótese, a pesquisadora garante que os nomes dos participantes não serão divulgados na pesquisa. É esperado, também, que o participante possa se sentir desconfortável ou envergonhado pela temática, porém, é garantido que não são colocadas em pauta qualquer discussão acerca de situações pessoais. As questões foram formuladas a partir desse pressuposto e, portanto, é assegurada a integridade da discricção do participante. A fim de garantir o sigilo da participação na pesquisa, a pesquisadora também tomará providências para que todas as entrevistas sejam realizadas em ambientes seguros, para que o participante não se sinta exposto.

A pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não-verbais de desconforto dos participantes durante a pesquisa. Se os participantes se sentirem desconfortáveis, eles podem deixar de participar da pesquisa, sem ter que apresentar qualquer justificativa, além disso não sofrerão nenhum prejuízo no restante das atividades.

Os **benefícios** e vantagens em participar deste estudo serão: reflexão e maior compreensão sobre a prática docente, possibilidade de contribuir para melhor bem estar discente e agir positivamente na busca de melhores práticas em sala de aula. Também, este projeto é colocado como um serviço à sociedade e, ao participar da pesquisa, o participante contribui ativamente para a busca de respostas que visem ajudar a melhorar a qualidade de ensino, principalmente na comunidade em que está inserido.

A pessoa que estará acompanhando os procedimentos será a professora-pesquisadora Magali de Moraes Menti.

Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de despesa e de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido possui 1 página e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder da pesquisadora e outra com o participante da pesquisa.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP-Uergs - Rua Washington Luiz, 675 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS CEP 90010-460 - Tel. (51) 981115417 E-mail: cep@uergs.edu.br.

Data: _____

Nome do participante: _____

Assinatura pesquisador(a) responsável: _____

Questionário para o projeto de pesquisa com título "EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: possibilidades e desafios para o professor de língua portuguesa", com objetivos qualitativos.

1. Nome completo.

2. Idade.

3. Formação.

4. Você autoriza o uso das respostas obtidas nesta pesquisa para publicação?
() Sim, autorizo. () Não autorizo.
5. Você gostaria de receber uma notificação via e-mail sobre a continuidade ou da publicação desta pesquisa?
() Sim, meu e-mail para contato é _____
() Não.
6. Na sua opinião, em que idade a educação sexual deve ser discutida com os jovens na escola?

7. Na sua opinião, quem deve discutir saúde sexual com os jovens?

8. Na sua região, quem apoia os professores na discussão da saúde sexual?

9. Na sua opinião, que tópicos devem ser abrangidos na educação sexual?

10. Na escola em que você atua, há um processo claro para ajudar individualmente os alunos que têm preocupações com a saúde sexual?

11. Que conhecimentos acerca da abordagem requerida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre educação sexual você tem?

12. Você já pensou em trabalhar a temática educação sexual na sua sala de aula?

13. Você saberia como trabalhar a educação sexual em sala de aula?
